

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e seis, às 14h36, no Centro de Convivência da Pessoa Idosa Maria da Conceição Guedes Pereira, iniciou-se a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife (COMDIR). A pauta foi a seguinte: 1. Apresentação dos presentes; 1.1 Justificativas de ausências; 2. Leitura da ata da reunião ordinária de março de 2026; 3. Plano de Ação 2026- Gerência da Pessoa Idosa - Juliana Lucena - ; 4. "Manual de Governança" do COMDIR- José Maria Silva / Verônica Oliveira; 5 Comissões Permanentes; 6. Informes Gerais. Estavam presentes os seguintes conselheiros/as governamentais: Clecio Ernande (Secretaria de Educação); Juliana Lucena (Secretaria de Direitos Humanos e Juventude); Magda Landim (Secretaria da Mulher); Luciana Cavalcanti (Secretaria de Administração); Albemar Araújo (Secretaria de Cultura); Maria das Dores e Niedja Guimarães (Secretaria de Articulação Política e Social). Estavam presentes, ainda, os conselheiros/as não governamentais: Jacira Pontes (Grupo de Idosos Paz e Amor); Margareth Xavier (Associação Pernambucana de Nutrição); Márcia Noelma (Associação Nacional de Gerontologia de Pernambuco-ANG/PE); Mércia Mendes (Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAZ); Verônica de Oliveira (Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO); Juliane Lins (Conselho Regional de Serviço Social CRESS-PE); José Maria Silva (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Andreza Duque (Universidade Federal de Pernambuco-UFPE) e Nayana Pinheiro (Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE). Também estiveram presentes: Juliene Tenório e Rosineide Gonçalves (CDC); Janaina Monteiro e Rebeca de Souza (Residente Secretária de Saúde do Recife); Luciana Laranjeira (CRESS/PE) e João Paulo Leitão (Grupo Águia). Ausências justificadas: Rosa Macedo, Kylvia Martins, Ana Maria Melo, Amara Vital, Genaina Cristina, Mônica Buarque, Rosângela Maia, José Henrique Melo, Antônio Carlos Silva e Jairo Costa. A reunião foi aberta pela conselheira Verônica Oliveira, representante da sociedade civil pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia da 4ª Região – Pernambuco. Verônica fez uso da palavra destacando a importância do Dia Nacional e Internacional da Voz, ressaltando que a voz também envelhece e requer cuidados, como hidratação, evitar abusos vocais e atenção a sintomas como rouquidão, pigarro e dor na laringe. Enfatizou que a voz é um instrumento essencial de comunicação e expressão da personalidade. Dando continuidade, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior, realizada em 19 de março de 2026. Após leitura, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. No terceiro ponto de pauta, referente ao Plano de Ação 2026, a gerente Juliana Lucena apresentou o planejamento anual da Gerência da Pessoa Idosa. Em sua fala, destacou as ações já realizadas, como reuniões com coordenadores de grupos de convivência, concurso de Rei e Rainha do Carnaval da Pessoa Idosa, participação no Baile Municipal da Pessoa Idosa, além de reuniões temáticas, incluindo saúde integral e sexualidade da Pessoa Idosa. Relatou também a realização de eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher, e o lançamento do edital "Quem Dança é Mais Feliz", visando incentivar atividades culturais e físicas. Informou ainda sobre visitas a grupos de convivência com realização de oficinas, além da implementação da Caravana de Direitos 60+, voltada principalmente para as RPAs 5 e 6, com objetivo de ampliar o acesso a serviços e documentação. Prosseguindo, apresentou o cronograma das próximas ações, incluindo reuniões mensais com temas diversos, como cultura no envelhecimento, prevenção de quedas e saúde mental. Destacou a importância de parcerias com o conselho para ações no Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa e demais atividades coletivas. Também foram mencionados eventos futuros como o concurso de Rei e Rainha do Milho, o São João da Pessoa Idosa e ações educativas sobre prevenção de engasgos e primeiros socorros. Durante sua fala, houve contribuições dos conselheiros presentes quanto à adequação da linguagem dos temas, visando melhor compreensão pelo público idoso. Dando continuidade Juliana Lucena prosseguiu detalhando as ações previstas para o segundo semestre. Informou que, no mês de

56 julho, será realizada atividade alusiva ao Dia dos Avós, destacando que, no ano
57 anterior, a ação ocorreu na Feira da Aurora, com participação dos grupos de
58 convivência e apoio do conselho. Relatou ainda que serão mantidas as visitas aos
59 grupos de convivência, com média de dez grupos atendidos por mês, considerando a
60 disponibilidade logística e os dias de funcionamento de cada grupo. No mesmo
61 período, ocorrerá a etapa eliminatória do concurso “Quem Dança é Mais Feliz”,
62 contemplando as RPAs 3 e 4. No mês de agosto, está prevista reunião com os
63 coordenadores dos grupos de convivência no Auditório Capiba, com a temática
64 voltada à violência contra a mulher, em alusão ao “Agosto Lilás”, além da continuidade
65 das visitas de monitoramento dos projetos. Em setembro, será realizada reunião com
66 os coordenadores abordando o tema Alzheimer e outras demências, com foco em
67 prevenção e conscientização. A gerente destacou a intenção de promover ações
68 educativas, incluindo possível lançamento de cartilha e atividades nos grupos de
69 convivência. Ainda no mês de setembro, está prevista a realização do projeto “Verão
70 60+”, com passeio ao Veneza Water Park, iniciativa motivada por demanda dos
71 próprios grupos de convivência. A gestora destacou que a ação, realizada
72 anteriormente, proporcionou inclusão social e lazer para pessoas idosas, muitas das
73 quais não tinham acesso a esse tipo de equipamento, com participação expressiva e
74 fornecimento de alimentação, sendo o transporte organizado pelos próprios grupos. Na
75 sequência, informou que também ocorrerá, em setembro, a etapa eliminatória do
76 concurso “Quem Dança é Mais Feliz” para as RPAs 5 e 6, culminando na grande final
77 prevista para o mês de outubro, em local e data a serem definidos, em parceria com o
78 conselho. Para o mês de outubro, está prevista reunião com os coordenadores dos
79 grupos de convivência, com proposta de realização em espaço cultural, como o
80 Instituto Ricardo Brennand, além da organização do Seminário “60+ – Múltiplas
81 Velhices”. A ação tem como objetivo promover reflexão sobre as diversas formas de
82 envelhecimento, considerando fatores como gênero, raça, deficiência e diversidade,
83 visando combater preconceitos e fortalecer práticas inclusivas nas políticas
84 públicas. Ainda em outubro, está prevista a realização da Caravana de Direitos 60+,
85 em local central a ser definido, com participação de diversos serviços, incluindo o
86 conselho, Cadastro Único e Benefício de Prestação Continuada (BPC), destacando o
87 sucesso da edição anterior. Na mesma oportunidade, foi apresentada a proposta de
88 criação do prêmio “Amigos dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa”, com o objetivo de
89 reconhecer iniciativas de instituições e grupos de convivência na promoção e defesa
90 dos direitos da pessoa idosa, por meio de certificação e entrega de troféus. Para o mês
91 de novembro, está prevista reunião dos coordenadores com a temática
92 “Sustentabilidade e Meio Ambiente: cuidar hoje para garantir o amanhã”. Em
93 dezembro, será realizada a confraternização dos coordenadores dos grupos de
94 convivência, com participação da equipe da gerência e do conselho, em local ainda a
95 definir. Na sequência, a gerente apresentou propostas em construção, destacando a
96 elaboração de estudo técnico para implantação de Centro-Dia no município,
97 considerando a baixa oferta de vagas em Instituições de Longa Permanência para
98 Idosos (ILPIs) e a necessidade de atendimento a pessoas idosas com diferentes níveis
99 de dependência. Ressaltou a importância de diferenciar autonomia e independência,
100 bem como a necessidade de ampliar a rede de cuidado. Ainda nesse contexto, foram
101 mencionadas experiências exitosas em outros estados, como Porto Alegre e São
102 Paulo, com integração entre Centro-Dia, Centros de Convivência e rede
103 socioassistencial, reforçando a importância da articulação intersetorial. Também foi
104 apresentada a proposta do programa “Recife, Quem Cuida”, voltado ao apoio
105 financeiro às famílias para custeio de cuidadores de pessoas idosas, destacando que
106 a iniciativa ainda se encontra em fase de construção e estudo, podendo ser
107 aprimorada com contribuições do conselho. Foi informado ainda que o edital de apoio
108 aos grupos de convivência encontra-se em análise na Procuradoria, com previsão de
109 apresentação futura ao conselho em reunião extraordinária. Encerrada a apresentação,
110 foi aberto espaço para debate, com tempo limitado para intervenções. A conselheira



111 Aparecida Brito relatou experiência de visita técnica a outro estado, destacando
112 modelo de atendimento integrado com triagem, acompanhamento e articulação entre
113 serviços como CRAS e CREAS, além da conexão entre Centro-Dia, Centros de
114 Convivência e instituições de longa permanência. A conselheira Márcia Noelma
115 solicitou esclarecimentos sobre a proposta de apoio financeiro para cuidadores, sendo
116 informado pela gerente que a iniciativa ainda está em fase inicial de construção.
117 Outros participantes contribuíram com informações sobre experiências em diferentes
118 estados e países, ressaltando a importância da regulamentação da função do cuidador
119 e da definição de suas atribuições. Juliene Tenório sugeriu a ampliação das visitas as
120 ILPIs, com foco não apenas na fiscalização, mas também na escuta e desenvolvimento
121 de atividades junto às pessoas idosas institucionalizadas. Propôs ainda a realização
122 de debates sobre a política nacional de cuidados. João Paulo Leitão destacou a
123 importância de ações voltadas à formação e estímulo à leitura nos espaços de
124 convivência, sugerindo a criação de grupos de leitura e circulação de livros. Em sua
125 fala, o conselheiro José Maria Silva ressaltou a necessidade de ampliação da rede de
126 serviços e equipamentos públicos voltados à pessoa idosa, enfatizando que centros de
127 convivência, centros-dia e ILPIs possuem funções distintas e complementares, sendo
128 fundamental o fortalecimento da articulação entre políticas públicas. Por fim, a
129 conselheira Aparecida Brito destacou a importância de ações que promovam não
130 apenas lazer, mas também formação, autonomia e geração de renda para a pessoa
131 idosa, ressaltando experiências exitosas com empreendedorismo e inclusão produtiva,
132 reforçando a necessidade de valorização das potencialidades desse público. Em sua
133 fala, trouxe um relato pessoal, mencionando que “viver é bom, mas existir é melhor”,
134 enfatizando a necessidade de políticas públicas que garantam condições para que a
135 pessoa idosa exerça plenamente sua cidadania, com oportunidades de trabalho,
136 geração de renda e participação ativa na sociedade. Encerradas as intervenções,
137 passou-se ao quarto ponto de pauta, referente à apresentação do Manual de
138 Governança do conselho, conduzida pelo conselheiro José Maria Silva. Antes do início
139 da exposição, a coordenação reforçou a necessidade de organização das falas,
140 orientando que as dúvidas fossem registradas previamente, com posterior abertura de
141 inscrições e tempo delimitado para debate. Em sua apresentação, o conselheiro José
142 Maria Silva iniciou justificando a elaboração do manual, destacando que, a partir de
143 sua experiência no conselho e de discussões junto às comissões de Legislação e
144 Normas e de Ética, identificou a necessidade de sistematizar práticas, fluxos e
145 responsabilidades, com o objetivo de fortalecer a atuação institucional do
146 conselho. Ressaltou que o manual não substitui a legislação vigente nem o regimento
147 interno, mas tem a função de organizar procedimentos, padronizar processos e
148 orientar a atuação dos conselheiros. Destacou que a governança está diretamente
149 relacionada ao compromisso com os direitos da pessoa idosa, sendo fundamental
150 para garantir transparência, eficiência e credibilidade institucional. Durante sua fala,
151 apontou desafios identificados no funcionamento do conselho, como ausência
152 frequente de conselheiros nas reuniões, falta de padronização em procedimentos
153 administrativos, fragilidade na organização de processos e dificuldades na
154 representação institucional. Enfatizou a importância de superar essas limitações por
155 meio da organização interna e do fortalecimento das comissões. O conselheiro
156 destacou ainda a importância do conhecimento da estrutura organizacional do
157 conselho, prevista no regimento interno, composta pelo plenário, coordenação
158 colegiada, comissões permanentes e secretaria executiva, ressaltando que os
159 conselheiros devem se apropriar desses instrumentos legais para melhor desempenho
160 de suas funções. Apresentou também os princípios da governança, incluindo
161 legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência,
162 participação social, responsabilidade institucional e ética, reforçando que tais
163 princípios devem nortear todas as ações do conselho. No que se refere às atribuições
164 dos conselheiros, destacou direitos como participação nas deliberações, proposição
165 de matérias e solicitação de informações, bem como deveres como assiduidade,



166 compromisso ético, estudo prévio das pautas e representação institucional adequada.
167 Ressaltou que o exercício da função de conselheiro possui caráter público e exige
168 responsabilidade coletiva. Foi enfatizada ainda a necessidade de organização das
169 comissões, com definição clara de coordenação e relatoria, realização periódica de
170 reuniões e produção de registros formais, como atas e relatórios. Destacou-se que as
171 comissões devem ter papel ativo na construção das pautas e no encaminhamento de
172 propostas ao plenário. O conselheiro apresentou dados sobre a frequência dos
173 membros, apontando baixa participação de parte dos conselheiros, tanto
174 governamentais quanto da sociedade civil, destacando a necessidade de adoção de
175 medidas para garantir maior assiduidade, inclusive com possibilidade de comunicação
176 às instituições representadas em casos de faltas reiteradas. No tocante à organização
177 interna, propôs a redistribuição dos conselheiros nas comissões, de forma a garantir
178 maior equilíbrio e participação, bem como a definição de fluxos administrativos claros
179 para demandas como solicitações, representações externas e prestação de
180 contas. Também foi destacada a importância da elaboração de relatórios de atividades,
181 especialmente em participações em eventos externos, como congressos e reuniões
182 institucionais, de forma a garantir transparência e compartilhamento de informações
183 com o plenário. Encerrada a apresentação, foi aberto espaço para debate. O
184 conselheiro Albemar Araújo destacou a importância de seguir os fluxos institucionais
185 para solicitações de participação em eventos, enfatizando que as demandas devem
186 ser encaminhadas à coordenação colegiada, responsável por deliberar sobre a
187 utilização de recursos do fundo. A secretária executiva Cecília Paiva esclareceu que a
188 solicitação de diárias segue trâmites administrativos que exigem antecedência,
189 ressaltando a necessidade de planejamento prévio para viabilizar participação em
190 eventos, considerando prazos para cadastro e autorização. Na sequência, a
191 conselheira Verônica Oliveira destacou a importância do processo de organização em
192 curso, ressaltando que o objetivo é fortalecer o conselho, ampliar sua visibilidade e
193 garantir maior efetividade nas ações. Enfatizou ainda a necessidade de comunicação
194 institucional mais estruturada, especialmente no que se refere à divulgação de projetos
195 e ações financiadas pelo conselho. A conselheira também ressaltou o caráter
196 voluntário da atuação dos membros, destacando que, apesar disso, é fundamental o
197 comprometimento com as responsabilidades assumidas. A conselheira Márcia Noelma
198 reforçou a necessidade de luta por uma sede própria para o conselho, destacando que
199 o espaço atualmente utilizado não atende plenamente às demandas, especialmente
200 em situações de maior participação. Ressaltou a importância de garantir melhores
201 condições estruturais para o funcionamento das atividades. Por fim, foi reforçada a
202 importância da construção coletiva, do respeito nas falas e da organização dos
203 debates, visando maior eficiência nas reuniões e fortalecimento institucional do
204 conselho. Márcia Noelma destacou a importância do espaço do COMDIR no Centro de
205 Convivência evidenciando que o espaço permite uma maior proximidade com a
206 população idosa e com o trabalho que é desenvolvido dentro do Centro de
207 Convivência. Estar presente nesse espaço nos permite compreender melhor as
208 demandas reais e fortalecer nossa atuação. Com relação à participação dos
209 conselheiros nas comissões, Márcia Noelma destacou que a CAAD é composta pelos
210 coordenadores das comissões, funcionando mais como uma espécie de executiva. Ou
211 seja, não se trata exatamente de uma comissão com participação ampliada, mas de
212 um espaço de articulação, onde os coordenadores se reúnem para discutir o que está
213 acontecendo em cada comissão e deliberar encaminhamentos. José Maria enfatizou
214 que na ocasião da reunião na Universidade Rural, quando foi anunciada a criação do
215 espaço do COMDIR, manifestou discordância naquele momento específico.
216 Posteriormente, reconheceu que houve avanços. Hoje está melhor, está funcionando,
217 e isso precisa ser dito com honestidade. No entanto, ainda precisamos avançar em
218 vários aspectos. A secretaria à qual o conselho está vinculado tem a responsabilidade
219 de estruturar adequadamente o funcionamento do conselho. Melhorou, mas ainda há
220 lacunas importantes: onde estão os analistas? Onde estão os

Verônica Oliveira

221 profissionais de apoio? Onde está, por exemplo, a estrutura de comunicação, como
222 um site institucional atualizado e funcional?Essa é uma realidade que observamos
223 inclusive em conselhos municipais do interior, que já possuem sites estruturados e
224 acessíveis, enquanto nós ainda enfrentamos essa dificuldade.Outro ponto importante
225 é a ausência de conselheiros governamentais nas reuniões. Isso é algo sério. O
226 conselho poderia comunicar formalmente aos secretários quando houver faltas
227 reiteradas. Muitas vezes, o gestor sequer tem conhecimento de que o seu
228 representante não está participando. Existe uma responsabilidade individual, mas
229 também institucional.Com três faltas consecutivas, por exemplo, já deveria haver um
230 comunicado formal à secretaria correspondente. Isso não é punição, é organização e
231 responsabilidade.Sobre as viagens, especialmente o caso de Belém, acredito que
232 precisamos estabelecer critérios mais claros. Não se trata de ser contra a participação,
233 mas de organizar melhor. Uma viagem com um número elevado de participantes gera
234 um custo alto, e isso precisa ser debatido com transparência.Por outro lado, também
235 foi colocado que investir em formação, em participação em congressos e em
236 qualificação não é gasto, é investimento. O importante é que haja critérios,
237 planejamento e, principalmente, retorno — por meio de relatórios e socialização do
238 conhecimento adquirido. Todo conselheiro que participa de eventos externos deve
239 apresentar um relatório. Isso fortalece o conselho, dá transparência e permite que o
240 conhecimento adquirido seja compartilhado.Da mesma forma, os representantes das
241 secretarias devem trazer para o conselho informações sobre as ações que estão
242 sendo desenvolvidas voltadas à pessoa idosa. Essa troca é fundamental para a
243 construção de políticas públicas mais integradas.Também foi destacada a importância
244 de ampliar a participação nas comissões. Há conselheiros que desejam contribuir mais
245 ativamente e ainda não estão inseridos em comissões. É importante reorganizar essa
246 distribuição para garantir que todos possam participar e contribuir.Por fim, é importante
247 reconhecer o processo de amadurecimento do conselho. Houve um tempo em que o
248 conselho ainda estava em fase inicial, aprendendo, estruturando-se. Hoje, já
249 avançamos significativamente. Não se trata de criticar o passado, mas de aprender
250 com ele para continuar evoluindo.Recife é uma cidade que está envelhecendo, e isso
251 exige de nós um conselho cada vez mais estruturado, preparado e comprometido com
252 a garantia de direitos da pessoa idosa.Encaminhando para os informes: Rosineide
253 Gonçalves apresentou a campanha “A cidade não para, a cidade envelhece” do CDC,
254 que tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre o direito da pessoa idosa de
255 ocupar os espaços urbanos. A campanha busca dialogar não apenas com idosos, mas
256 também com jovens e crianças, promovendo uma mudança de percepção sobre o
257 envelhecimento.José Maria informou que houve reunião com o Ministério Público,
258 onde foi destacada a necessidade de um olhar mais atento do conselho em relação às
259 ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos), reforçando a importância da
260 fiscalização e acompanhamento.Além disso, foi iniciada articulação para criação de
261 grupo de trabalho voltado à população idosa em situação de rua, considerando
262 diretrizes já existentes desde 2019, ampliando o olhar para pessoas idosas e com
263 deficiência.Esse conjunto de falas reforça a necessidade de organização,
264 compromisso, planejamento e fortalecimento institucional do conselho, sempre com
265 foco central na garantia dos direitos da pessoa idosa.Então, há um grupo de trabalho
266 sendo estruturado a partir de uma portaria já existente, voltada à pessoa com
267 deficiência, que agora também passa a dialogar com a pauta da pessoa idosa. Esse
268 grupo foi apresentado em reunião com diversos representantes — inclusive com
269 participação dos territórios (RPAs) — e tem como objetivo construir propostas
270 integradas.A proposta é que esse grupo elabore contribuições para uma nova portaria,
271 a partir de discussões técnicas e operacionais. Esse trabalho será coordenado pela
272 equipe do CREAS/CRAS, com apoio da Secretaria de Assistência Social e Combate a
273 fome do Recife, e terá caráter contínuo ao longo do ano.José Maria informou que
274 existe uma nova reunião agendada para o dia 12, que será a segunda reunião do
275 grupo. Na ocasião, foi disponibilizada a portaria inicial para estudo prévio, com a



276 orientação de que os participantes tragam sugestões. Diante disso, foi aberto o espaço
277 para manifestação de interesse dos conselheiros que desejam participar desse grupo
278 de trabalho. Também foi sugerida a possibilidade de criação de um GT interno no
279 conselho para organizar as contribuições antes de levá-las ao grupo ampliado. Outro
280 ponto relevante apresentado foi a criação de um novo equipamento no modelo de
281 “espaço dia”, semelhante ao Centro Dia, porém em menor escala. Esse projeto está
282 sendo iniciado no Compaz Lêda Alves, como experiência piloto. A proposta desse
283 espaço é atender pessoas idosas durante o dia, oferecendo atividades,
284 acompanhamento e suporte, funcionando como uma alternativa para famílias que
285 precisam de apoio no cuidado. Trata-se de uma estratégia para amenizar demandas
286 sociais enquanto não há expansão suficiente de centros-dia no município. José Maria
287 informou que será relançada a campanha de destinação do imposto de Renda nos
288 mesmos moldes do ano anterior. Ato Contínuo, foram mencionados os Programas:
289 Acolher e Cidade Madura (Executados pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos
290 da Paraíba). Foi solicitado que essas pautas sejam incluídas na próxima
291 reunião. Encaminhando para o encerramento: Foi reforçada a importância da
292 organização do tempo das reuniões, considerando a duração extensa e o cansaço dos
293 participantes. Também foi feito convite para prestigiar atividade cultural (apresentação
294 teatral) realizada pelo Grupo de Teatro do Centro de Convivência da Pessoa Idosa,
295 valorizando as ações desenvolvidas no espaço. Por fim, foi levantada dúvida sobre o
296 calendário das reuniões. Após esclarecimento, ficou definido que as reuniões
297 ordinárias ocorrem na terceira quinta-feira de cada mês, conforme deliberação
298 anterior. Não havendo mais nada a tratar, a coordenadora deu por encerrada a
299 reunião às dezessete horas e nove minutos. Para que tudo fique devidamente
300 documentado, eu, Cecília Paiva, na condição de Secretária Executiva, tomei
301 notas e redigi a presente ata, que, após lida na reunião seguinte e achada
302 conforme, será por mim assinada, bem como pelo coordenador da presente
303 reunião.

304 Verônica Oliveira – Coordenação Colegiada
305 Cecília Paiva – Secretária Executiva do COMDIR


